Quadro informativo

Pregão Eletrônico N° 90028/2024 (Lei 14.133/2021)

UASG 70005 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO

Avisos (1)	Impugnações (0)	Esclarecimentos (6)
07/06/2024 10:51		<p data-bbox="557 315 810 336">Abaixo alguns questionamentos.</p> <p data-bbox="557 385 1489 472">1) Considerando a suspensão da liminar do Ministro Eduardo Zanin, considera-se válida a lei 14.784/2024 que prorroga a desoneração até 2027, logo entende-se que as Licitantes beneficiadas desta lei, poderá considerar em suas planilhas de custos 0% do ISS sobre a folha e a provisão nos impostos sobre o faturamento limitado a 4,5%. Está correto nosso entendimento.</p> <p data-bbox="557 499 1489 562">2) Ainda em relação a lei da desoneração da folha, é correto afirmar que caso haja alteração da lei em um futuro próximo, a licitante vencedora terá seu direito garantindo à solicitar pleito de reequilíbrio em função da alteração da lei?</p> <p data-bbox="557 589 1489 676">3) Da não bitributação, entendemos que, para esse Edital, irá incidir o ISS no faturamento dos serviços, sendo o referido tributo devido e recolhido em na cidade do estabelecimento do prestador dos serviços e domicílio da Licitante, e portanto, não haverá retenção de ISS na cidade da CONTRATANTE, de acordo com o que dispõe a Lei Complementar n. 116/2003. Está correto o nosso entendimento?</p> <p data-bbox="557 723 1251 743">4) Poderá ser eleito um dos membros da equipes para ser ao menos o Preposto substituto?</p> <p data-bbox="557 790 1150 810">5) Requer a obrigação de disponibilização de uniformes para colaboradores?</p> <p data-bbox="557 857 1345 878">6) É necessário a previsão de insumos ou kits de ferramentas necessários para a prestação do serviço?</p> <p data-bbox="557 925 1465 945">7) É correto afirmar que as empresas que não apresentarem 20 profissionais mínimas terão suas propostas recusadas?</p> <p data-bbox="557 992 1489 1034">8) É correto afirmar, que caso as licitantes apresente os salários abaixo dos valores contidos neste edital, as empresas serão desclassificadas?</p> <p data-bbox="557 1059 1070 1079">Em atenção à solicitação de esclarecimentos, seguem as respostas:</p> <p data-bbox="557 1126 1489 1236">1) Considerando a prorrogação da desoneração da folha de pagamento, conforme a IN RFB n.º 2053/2021, no art. 11, dispõe que a partir de 1º de setembro de 2018, no caso de contratação de empresas que estejam sujeitas à CPRB para execução de serviços mediante cessão de mão-de-obra, na forma definida pelo art. 31 da Lei n.º 8.212, de 1991, a empresa contratante deverá reter 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento) do valor bruto da nota fiscal ou fatura de prestação de serviços emitida por empresas: I - prestadoras de serviços de TI e de TIC.</p> <p data-bbox="557 1283 1489 1348">Se a empresa for optante pela desoneração da folha de pagamento, a retenção da Contribuição Previdenciária deve ser efetuada com a alíquota de 3,5%, desde que a empresa envie o Anexo III da IN 2053/2021 que é forma de provar que a empresa é optante pela desoneração.</p> <p data-bbox="557 1373 1489 1438">Se a empresa informar, no documento fiscal, que é optante pela desoneração da folha de pagamento, sem enviar o Anexo III da IN 2053/2021 (exigência do § 5º, artigo 10), deve ser efetuada a retenção de 11%. Somente se a empresa enviar o Anexo III é que deve haver a retenção de 3,5%.</p> <p data-bbox="557 1462 1241 1482">A empresa optante não pode sair no mesmo ano em que optou, somente no ano seguinte.</p> <p data-bbox="557 1507 1489 1572">Quanto ao ISS a previsão legal art. 3º, inciso XX, 6º, § 2º, inciso II da Lei Complementar n.º 116/2003, a retenção do ISS será do domicílio do contratante: XX – do estabelecimento do tomador da mão-de-obra ou, na falta de estabelecimento, onde ele estiver domiciliado, no caso dos serviços descritos pelo subitem 17.05 da lista anexa.</p> <p data-bbox="557 1619 1489 1684">2) Caso haja alteração da lei, a licitante vencedora poderá solicitar o reequilíbrio econômico-financeiro em função da alteração da lei. Observando que a empresa optante não pode sair no mesmo ano em que optou, somente no ano seguinte.</p> <p data-bbox="557 1731 1489 1774">3) Não está correto o entendimento, pois a previsão legal art. 3º, inciso XX, 6º, § 2º, inciso II da Lei Complementar n.º 116/2003, a retenção do ISS será do domicílio do contratante:</p> <p data-bbox="557 1798 1489 1841">XX – do estabelecimento do tomador da mão-de-obra ou, na falta de estabelecimento, onde ele estiver domiciliado, no caso dos serviços descritos pelo subitem 17.05 da lista anexa;</p> <p data-bbox="557 1888 616 1908">4) Sim.</p> <p data-bbox="557 1955 616 1975">5) Não.</p> <p data-bbox="557 2022 1230 2042">6) Não. A contratante irá disponibilizar o material necessário para prestação de serviço.</p> <p data-bbox="557 2089 1489 2154">7) Sim O quantitativo indicados no termo de referência são considerados mínimos para o correto atendimento da necessidade do TRE-MA e foi dimensionado seguindo o modelo proposto pela Portaria SGM/ME nº 1.070, de 1º de Julho de 2023 e está detalhado nos Estudos Técnicos Preliminares onde consideraram insumos de informação como o</p>

quantitativo de profissionais nos contratos atuais, no levantamento do parque tecnológico do TRE-MA, no levantamento do histórico de chamados realizados e ainda aspectos relacionados à prestação de serviços de atendimento a usuários de Tecnologia da Informação que precisam ser melhorados. Em anos eleitorais, devido ao esperado acréscimo das atividades operacionais, estima-se um aumento de 4 técnicos para atender às demandas específicas desse período, totalizando uma equipe total de 24 técnicos.

8) Sim. Conforme item 9.1.1 do Edital, considera-se inexequível o lance que apresente preços globais ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que não tenham sido estabelecidos limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da própria licitante, para os quais ela renuncie à parcela ou à totalidade da remuneração.

Adicionalmente, cabe esclarecer que os salários descritos no Termo de Referência são considerados como salários de mercado. A metodologia utilizada para a estimativa do custo total da contratação foi elaborada com base na pesquisa salarial de preços e fator-K, conforme os critérios estabelecidos no item 10.7.3.6 do Anexo I da Portaria SGD/MGI N° 1.070/2023. Os perfis profissionais do objeto da contratação estão plenamente contemplados no Mapa Salarial do Anexo II da referida Portaria.

atenciosamente,

Fábio Leal
Pregoeiro
TRE-MA